

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
RESUMO	15
ABSTRACT	17
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
NOTA INTRODUTÓRIA	23
 CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DA FIGURA DO ÁRBITRO NO FUTEBOL	31
1. A introdução do árbitro desportivo no Desporto – em particular no futebol	32
1.1. A concretização do árbitro no futebol	36
1.2. A configuração do cargo de árbitro de futebol pelo IFAB	40
1.3. A institucionalização do árbitro pela FIFA – O Guia Universal para os árbitros	43
1.4. A internacionalização do árbitro pela FIFA	46
1.5. As alterações aprovadas pelas Leis de Jogo de 1999	49
1.5.1. Lei 5 – o árbitro	49
1.5.2. Lei 6 – os árbitros assistentes	52
1.5.3. O quarto árbitro	53
1.5.4. O árbitro assistente de reserva e os árbitros assistentes adicionais	54
1.6. O árbitro e as novas tecnologias aprovadas pelo IFAB	56
1.7. A grande reforma nas Leis de Jogo em 2016	60
1.7.1. A nova redação da Lei 5	60
1.7.2. A nova redação da Lei 6	61
1.8. A introdução do <i>Video Assistant Referee (VAR)</i> pelo IFAB	63
1.8.1. Nas Leis de Jogo para a época 2018-2019	63
1.8.2. O Protocolo VAR	66

1.8.3. O Programa de Implementação, assistência e aprovação do VAR	69
1.8.4. A eficácia do VAR	70
1.9. A introdução de IA no futebol pela FIFA	73
2. O contexto internacional do árbitro de futebol	75
2.1. Os requisitos para a arbitragem impostos pela FIFA	76
2.2. O árbitro das competições internacionais: o árbitro FIFA	78
 CAPÍTULO II – O ESTATUTO JURÍDICO DO ÁRBITRO DE FUTEBOL	83
1. O árbitro de futebol em Portugal	83
1.1. Contextualização da arbitragem desportiva em Portugal	83
1.1.1. Organização e competência do Conselho de Arbitragem	87
1.1.2. Os direitos e deveres do árbitro à luz do Regulamento de Arbitragem da FPF	91
1.1.3. A categorização dos árbitros	94
2. A atual «Voluntariedade Profissionalizada»	95
2.1. As condições atuais	96
2.1.1. A contrapartida económica e o pedido de licença e jubilação	96
2.1.2. As avaliações: escritas, físicas e de desempenho no jogo	98
2.1.3. As obrigações eminentemente éticas: o controlo <i>antidoping</i> ?	103
2.2. O Contrato de Trabalho	115
2.2.1. O Grupo de Trabalho criado para proceder à avaliação da atividade dos árbitros quanto à sua eventual profissionalização	119
2.3. A realidade à luz do Direito comparado	123
2.3.1. Espanha	124
2.3.2. França	133
2.3.3. Itália	140
2.3.4. Países Baixos	152
2.3.5. Alemanha	160
2.3.6. Inglaterra	166
2.4. Uma solução de <i>iure constituendo</i>	173
2.4.1. A criação de entidade externa para gerir o futebol português	177
2.4.2. Análise da proposta da FPF à luz da legislação atual portuguesa	179
2.4.3. Uma outra solução de <i>iure constituendo</i>	181
2.5. A definição de um limite etário	186
2.6. A concessão de medidas de apoio	187
3. Os Jovens Árbitros	190
3.1. O exercício da arbitragem por crianças e jovens	190
3.2. Os direitos da criança enquanto árbitro em Portugal	191
3.2.1. A preparação do árbitro jovem	191
3.2.2. Aplicabilidade do estatuto de estudante atleta?	195

4. Os direitos da criança face ao árbitro	198
4.1. A adoção de metodologias pedagógicas do árbitro para com as crianças	198
 CAPÍTULO III – OS DIREITOS DE PERSONALIDADE	
E A RESPONSABILIDADE DO ÁRBITRO DE FUTEBOL	201
1. Os direitos de personalidade à luz do Código Civil	201
2. Os Direitos de Personalidade em específico na órbita desportiva	205
2.1. A tutela geral de personalidade no desporto	206
2.2. O consentimento do praticante desportivo: <i>volenti non fit injuria</i>	211
2.2.1. A figura da assunção do risco	214
3. As balizas para a limitação dos direitos de personalidade no desporto	217
3.1. As regras do jogo como limite ao consentimento	219
4. A tutela da integridade física no desporto: a Responsabilidade Civil	224
4.1. O Regime jurídico do seguro desportivo obrigatório	228
4.2. Os acidentes de trabalho do praticante desportivo (profissional)	231
5. A limitação dos Direitos de Imagem do praticante desportivo	237
5.1. Os Direitos de imagem do Árbitro em particular	247
6. O erro do árbitro de futebol e a sua eventual responsabilidade	251
6.1. A responsabilidade civil derivada da atuação do árbitro de futebol	252
6.1.1. O erro que deriva do poder disciplinar do árbitro: o princípio <i>field of play doctrine</i>	252
6.1.2. O erro de direito	256
6.1.3. A responsabilidade do árbitro no exercício das suas funções	262
6.1.4. A responsabilidade do árbitro em virtude de atuação danosa	265
6.2. A responsabilidade disciplinar derivada da atuação do árbitro de futebol	268
SÍNTESE CONCLUSIVA	271
BIBLIOGRAFIA	289
POSFÁCIO	311